

---

## UM MODO DE DIZER, UM MODO DE EDUCAR: AS EPÍSTOLAS PORTUGUESAS DO SÉCULO XIX NO BRASIL

Fabiana Sena  
UFPB

O presente trabalho tem como objetivo tornar visível o modo de dizer e de educar através das epístolas portuguesas *Da Educação: Cartas dirigidas a uma senhora encarregadas da insituição de uma jovem princesa* (1829), Almeida Garrett e *Código do Bom-Tom, ou, Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX* (1845), português José Ignácio Roquette. Tais epístolas divulgaram ideias, conceitos e formas a respeito do modo de ser e de viver da época no século XIX para uma diminuta elite, formada pela comunidade letrada, que, dada a sua histórica condição, detinha o controle absoluto de uma cultura erudita. O estudo sobre os epistolares portugueses no Brasil, no século XIX, possibilitará percebê-los como instrumentos para educar e civilizar, inserindo-os junto aos tratados formulados sobre a temática, aos livros de leitura e outros documentos que abordam o modo de educar no Império.

### **Objeto e fonte do gênero epistolar para estudo**

A historiografia tem considerado, tradicionalmente, a epístola como documento, servindo para comprovar algum acontecimento, fato ou algo que foi dito. Indo além do interesse documental, os estudos sobre a epístola têm se constituído como objeto e fonte de pesquisa com interesse histórico, cultural, literário, educacional e antropológico, possibilitando ao pesquisador tratar tanto do seu conteúdo quanto da sua forma. Através da epístola é possível verificar a qualidade do signatário, do conteúdo e do destinatário, cujos “dizeres – os mais simples, os detalhes –, os mais incongruentes, tornam-se signos ou indícios a serem interpretados” (DAUPHIN e POUBLAN, 2002, p. 75). Por ser um dos gêneros textuais mais antigos e populares modos de escrita que se tem registro na história, há um vasto material disperso e desgastado pelo tempo, os quais se fazem necessários torná-los visíveis pela história. A exemplo, na Antiguidade, temos a *Arte Poética – Epístola aos Pisões* –, de Horácio; no Renascimento, a *Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, popularmente conhecida como *Carta de Pero Vaz de Caminha*, cujo documento revela as impressões de Pero Vaz de Caminha sobre o Brasil, bem como dos ensinamentos para

educação de príncipe como a *Carta dirigida a el rei D. Sebastião* (s/d) e *Carta de Guia de casados* (1651) e *Da educação das Crianças* (1592), de Montaigne; no século XVIII, período do Iluminismo, surgiram os romances epistolares, a exemplo de *A Nova Heloísa* (1761), de Jean-Jacques Rousseau e *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (1774), de Goethe. Já no século XIX, temos *Cartas de huma peruviana* (1802), de Françoise d'Issembourg d'Happoncourt de Graffigny, *Cartas americanas* (1809), de Theodoro José Biancardi, *Carta de Heloisa a Abaelardo* (1819), de Alexandre Pope; *Carta sobre a música francesa* (1753), de Jean-Jacques Rousseau, *Verdadeiro método de ensinar* (1746), de Luis António Verney; e *Cartas sobre educação de Cora, seguidas de um catecismo moral, político e religioso* (1849), do Dr. José Lino Coutinho.

Essas cartas citadas e outras infindáveis revelam condições fundamentais para que se estabeleça esse gênero e, assim, se efetive a comunicação. Algumas das condições são o emissor da mensagem, aquele que enuncia algo, conhecido como o signatário/remetente; o enunciado, ou seja, o conteúdo da mensagem; e para quem se quer comunicar algo, o destinatário. Outra condição fundamental apontada por Bastos et al (2002) para se escrever cartas é o afastamento entre o remetente e o destinatário. Mediante a essas condições, os motivos para as quais as pessoas escrevem cartas são inúmeros, de modo que Roquette, em *Código do Bom-Tom, ou, Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*, afirma que a epístola é um “admirável invento que aproxima os ausentes dos presentes, encurta as distâncias, mitiga as saudades, adoça o dissabor de separação, estreita os vínculos de amizade [...]” (1997, p. 266). Tomando como as mesmas razões para a prática epistolar, Bastos et al (2002, p. 5) asseguram que as pessoas escrevem cartas para “conversar, seduzir, desabafar, agradecer, pedir, segredar, informar, registrar, vender, comprar, desculpar e desculpar-se, falar da vida”. Mas também as razões podem ser a de educar aqueles que estão distantes, como já anunciava o filósofo romano Sêneca, cujas obras literárias serviram de modelo do pensamento estoico no Renascimento, a exemplo de *Cartas a Lucílio*. Em *Da educação das crianças* (Ensaio, Livro I), de 1592, de Montaigne, ilustra bem esse objetivo, quando redigiu uma carta endereçada à Condessa Diana de Foix. Nessa perspectiva, o filósofo francês (1987, p. 122), ancorado nas leituras assíduas de Sêneca, afirma que as cartas “são substanciais, cheias de sabedoria, e quem as lê não se faz mais eloqüente e sim mais avisado; não nos ensinam a bem dizer, e sim a bem fazer”.

Considerando entre os diversos destinos que se pode atribuir à epístola, principalmente àquele de educar, através de um processo recíproco, as epístolas se configuram como uma

“conversação entre pessoas ausentes” (DAUPHIN e POUBLAN, 2002, p. 229), em tom familiar, pautada por códigos, dos quais a comunidade que lia e escrevia as cartas demonstravam domínio. As epístolas familiares, escritas por pais e filhos, evidenciam esse caráter educativo e civilizador, que, de acordo com Ranum (1991, p. 260), “na França, [seiscentista] as relações entre pais e filhos [...] eram tão íntimas que o tabu masculino contra os gestos afetivos e a expressão de emoções intensas suscitaram uma espécie de gênero literário, epistolar ou testamentário; pai e filho escrevem um para o outro, mesmo quando vivem sob o mesmo teto”. No que diz respeito às mulheres, Ranum evidencia que, embora fossem cultas, “raramente se encontra semelhante conceito de amizade com relação às filhas”. “Pode ser, porém, que as mães superassem suas inibições emocionais e falassem de tudo com as filhas queridas. A amizade de madame de Sévigné por sua filha certamente constitui o grande exemplo” (1991, p. 260).

A respeito do caráter civilizador que também é atribuído à epístola, esta disseminava as regras sociais de boa conduta, que, conforme Gómez (2002, p. 37), os

tratados epistolares e as cartas vieram a contribuir à constituição e expansão da civilização cortesã. Promoveram uma específica educação dos costumes e dos gestos, ou o que é o mesmo, um determinado código de representação e um inconsciente político capaz de exercer o controle social através dos usos da língua, oral e escrita.

A literatura de civilidade estabelece conselhos e orientações de conduta para as pessoas e, dentre eles, a carta é uma das matérias de destaque por se configurar como um dos laços sociais mais relevantes, a qual requer o cumprimento de alguns códigos. Segundo Roquette (1997, p. 266), “depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar”. Inúmeros manuais revelam esses códigos, divulgando aos interessados a arte epistolar: como escrever as cartas; o tipo de papel mais apropriado para a escrita, conforme o endereçado; a quem endereçar as cartas; como assiná-las. Montaigne, em *Considerações sobre Cícero*, no seu livro intitulado *Ensaio* (Livro I), de 1592, ao revelar as regras de compor cartas às avessas, afirma que “cartas cerimoniosas são no fundo uma seqüência de belas frases” (1987, p. 122, cp. XL), preferindo a escrita comum porque expressa o que realmente sente. Embora tenha feito essa assertiva, o filósofo renascentista se apropriou desse gênero textual para transmitir ensinamentos educacionais, conforme no já citado *Da educação das crianças* (Ensaio, Livro I).

A arte da dissimulação regula todos os gestos da vida social das pessoas, em especial, dos cortesãos, cuja arte era destinada a essa classe. Por isso, “a linguagem e a cortesia, inseparáveis, são aspectos fundamentais do discurso epistolar” (GOMÉZ, 2002, p. 34), conforme tal concepção já tinha sido exposta por Castiglione em *O Cortesão* (1528), obra destinada a servir a educação dos príncipes: “a escrita não é outra coisa senão uma forma de falar que permanece depois de se ter falado, e quase uma imagem, ou antes, a vida das palavras”; “Penso ainda que é muito mais necessário ser entendido ao escrever do que ao falar; porque aqueles que escrevem nem sempre estão presentes para quem lê, como aqueles que falam para quem ouve” (CASTIGLIONE, 1997, p. 47). Com o passar do tempo, essa arte foi estendida para outras classes sociais, mais especificamente, àqueles que sabia ler e escrever. Ser possuidor de tais regras sociais, inclusive a de escrever cartas, tornava evidente o papel dos secretários. A eles cabiam todas as regras de compor cartas, que, segundo Chartier (1991, p. 161), tomando como base os dicionários franceses do século XVII, estavam encarregados de escrever e de despachar a epístola.

Na perspectiva de uma arte epistolar, o ato da escrita “consiste em confrontar-se com códigos estabelecidos e, a partir deles, construir/inventar um lugar para si, através das palavras” (CUNHA, 2008, p. 1). Através dos códigos estabelecidos, os “tratados promoveram uma determinada política da escritura” (GOMÉZ, 2002, p. 30), os quais estão expostos em manuais e tratados da arte epistolar que remetem às epístolas romanas de Sêneca e a *Ars dictaminis*, arte de escrever cartas do Renascimento.

### **Cartas portuguesas para educar: Almeida Garrett e Roquette**

O português Almeida Garrett<sup>1</sup> ao publicar *Da Educação: Cartas dirigidas a uma senhora encarregadas da instituição de uma jovem princesa* (1829)<sup>2</sup> teve como objetivo oferecer um tratado completo de educação para os portugueses, já que a educação desses jovens era feita em outros países europeus. Embora soubesse que essa publicação não suprirá a deficiência de tratados portugueses, Garrett propõe:

Devemos examinar as escholas, estudar os systemas de educação dos paizes mais civilizados, não para mandar a elas nossos filhos – que os não queremos para francezes, inglezes, ou allemães, senão para portuguezes,- para melhorarmos e aperfeiçoarmos nossas escholas por essas. (1867, p. 16).

Reconhecendo a importância dos estudos e tratados de outras nacionalidades europeias e de que o seu trabalho não é o mais completo para a instituição<sup>3</sup> nacional dos portugueses, Garrett se apropriou de estudos de diversos colégios franceses e ingleses, comparou os métodos e observou os resultados, a fim de não cometer o erro de construir “um livro especulativo ou uma espécie de memória de gabinete”, mas um “tratado útil e praticável” (GARRETT, 1867, p. 17), no qual reuniu suas próprias observações, modelando para o contexto português.

Dividida em quatro partes, as quais tratam do físico, da moral e do intelecto, o Almeida Garret se baseou obra célebre *Emílio ou Da Educação* (1762), do francês Jean-Jacques Rousseau, conforme expressa claramente na introdução (GARRETT, 1829, p. 25) e na própria estrutura do seu escrito. Como a pretensão de filósofo francês não era de tornar a sua obra “um tratado dogmático, mas sim um livro simbólico e ‘exemplar’, uma coletânea de sugestões e de exemplos que visam essencialmente ‘fazer com que outros tenham boas idéias’ (LAUNAY, 1995, p. XVI, grifo do autor). Tomando como referência essa obra francesa, Garrett estabeleceu as divisões de seu tratado ao estilo de Rousseau<sup>4</sup>, conforme segue abaixo:

Livro Primeiro: Educação doméstica ou paternal, comum d’ ambos os sexos.  
Parte I: Systema Geral – Infância á puericia  
Parte II: Puericia, á adolescência  
Livro Segundo: Educação do gymnasio, ditto pública, para o sexo masculino.  
Parte I: Adolescencia, á puberdade  
Parte II: Puberdade, á virilidade  
Livro Terceiro: Educação maternal ou do gyneceu para o sexo feminino.  
Parte I: Adolescencia, á nubilidadade  
Parte II: Nubilidadade, á maturidade  
Livro Quarto: Educação Pública propriamente ditto.  
Parte I: Educação de orphams e desamparados.  
Parte II: Educação de privilegiados  
Parte III: Educação das classes inferiores  
Parte IV: Educação academica e profissional (GARRETT, 1867, p. 28 29)

Os livros, que compõem a obra em estudo, intitulados acima em forma de divisão no seu interior, aparecem também sob a denominação de ‘carta primeira’. Detendo-nos apenas no Livro Primeiro, o qual somente foi possível ser localizado, Almeida Garrett destinou as 12 cartas, com 288 páginas, a uma senhora. Sem mais especificação a respeito desta destinatária, sabe-se que ela é a responsável pela educação da augusta soberana portuguesa, conforme evidencia o próprio título da obra.

A destinatária é chamada pelo autor de “Minha Senhora”, cuja forma de tratamento é utilizada em cada carta que o autor escreveu. A augusta soberana a quem Garrett se refere é a D. Maria II, a jovem rainha, embora o autor português não a revele nas cartas.

Para assegurar que a sua obra não está respaldada nas suas invenções, Garrett anuncia à sua destinatária, a qual também se estende ao grande público, já que ele afirma que o assunto tratado é de caráter “público e nacional”, que teve influência de Aristóteles, Plutarco, Fénelon, Rollin, Rousseau, Helvécio, Locke, Condillac, Genlis. Mas um escrito em forma epistolar relevante que Garrett menciona a influência é a *Carta de Guia de Casados*, de 1651<sup>5</sup>, da autoria de D. Francisco Manuel de Mello<sup>6</sup>. Tal carta foi escrita, “sendo rogado de hum amigo que entendia casarse, para que lhe desse alguns bons conselhos & auisos acerca desse estado, escreveu este discurso (como ele mesmo afirma) sem algum artifício, que he boa qualidade para dar credito ao que se aconselha” (MELO, 1820, p.XII). O objetivo da obra, segundo D. Francisco Manuel “foi seu animo persuadir aos casados a paz e concordia com que devem ordenar sua vida; encomedar a estimação das mulheres próprias; inculcar os meios por donde o amor se conserva, & se aumenta a opinião” (IBID, p. XIII).

Outro livro escrito em forma epistolar é o *Código do Bom-Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*, cuja autoria é do cônego português José Inácio Roquette<sup>7</sup>, publicado em Portugal, em 1845. Já em *Código do Bom-Tom*, as regras de civilidade ocorrem por meio do gênero epistolar, cuja forma textual está presente em toda obra. Roquette utiliza da ficção para tratar de um assunto real, a da civilidade, de modo que se revestiu de um personagem, o pai, para “convencer a corte portuguesa, aqui representada na figura de dois filhos, um de cada sexo, da necessidade de adoção das regras de etiqueta” (SCWARCZ, 1997, p. 21). Assim, os personagens desse livro são compostos pelo pai, sem nome também, e por Teófilo, com oito anos de idade, e Eugênia, com seis anos. As regras foram “escritas de forma clara e didática”, como toda a obra, introduzindo “seus leitores nas especificidades que marcavam a nova vida de sociedade” (ROQUETTE, 1997, p. 11). Roquette utiliza “várias anedotas chistosas que dão amenidade ao estilo didático do livro; e acresceram finalmente alguns contos morais em que transluz a virtude modesta entrelaçada com a civilidade” (p. 45).

Essa obra ficcional revela que o pai saiu de Portugal com seus dois filhos, os quais eram órfãos de mãe, para se educarem na França, por esse país ter estado agitada de facções na época, sendo as terras estrangeiras a melhor opção para educar as crianças e jovens. Conforme vimos nas linhas acima, era muito comum as crianças e jovens transladarem para

outros países para receberem educação. Em virtude dessa educação que eles recebiam de outros países, Garrett elaborou o tratado sobre educação (o qual analisamos acima) para que isso não ocorresse mais. Após 10 anos longe de sua pátria, o pai resolve lhes escrever, ensinando às crianças “tudo o que pertence à civilidade e cortesia, mas em suas instruções dá-lhes muitos conselhos saudáveis para bem viverem com os homens, e não só em Portugal senão em França” (ROQUETTE, 1997, p. 46).

Roquette, na introdução do *Código do Bom-Tom*, sob o disfarce do personagem ‘o pai’, revela que sua forma de instruir a distância está sob a influência de Lord Chesterfield, o qual “consagrava uma parte do seu tempo a escrever a m. Stanhope, seu filho, da idade de sete anos, sobre objetos que a muita gente pareceriam pueris mas que ele, estadista e homem do mundo, considerava como graves” (p. 61). O autor português nos oferece dados da identidade do autor britânico, possibilitando-nos compreender mais a respeito das cartas escritas ao seu filho: “Philip Dormer Stanhope (conde de Chesterfield) é um político, diplomata e homem de letras (Londres, 1694-1773)” (p. 61). A obra referida é *Letters to his son* (1774), cujas cartas foram escritas da Inglaterra, no período de 1746 a 1771, e tratavam da arte de se tornar um homem do mundo e um cavalheiro.

As cartas d’ O *Código do Bom-Tom* referem-se a assuntos diversos e são compostas de 20 cartas. Cada uma delas trata de um tema específico, a saber: igreja, paço, tratamento, assembléias, cumprimentos, bailes, partidas ou reuniões noturnas, jantares e banquetes, visitas, introduções e apresentações, jogos e jogadores, cartas, estada no campo, viagens, pais e parentes, amigos, criados, Teófilo em particular, Eugênia em particular. Por as cartas serem endereças aos seus filhos, as lições dadas diretas, sendo usado, ora segunda pessoa do plural, ora a segunda pessoa do singular. O uso alternante desses pronomes se dá quando as lições são dadas para os dois ou para cada um em particular.

O uso epistolar para divulgar o tratado de educação e as regras de civilidade nas obras analisadas foi adotado por ser um gênero persuasória, segundo a tipologia apresentada por Francisco Rodrigues Lobo em *Corte na Aldeia* (1997, p. 55, grifos do autor):

Três géneros de *cartas missivas* assinala o mesmo Túlio, aos quais alguns costumam reduzir muitas espécies delas. O primeiro é das *cartas de negócio e das causas que tocam à vida, fazenda e estado de cada um*, que é o que para as cartas primeiro foram inventadas; que, por tratarem de cousas familiares, se chamaram assim. O segundo, de cartas dentre amigos uns aos outros, de novas e cumprimentos de galantarias, que servem de recreação para o entendimento e de alívio e consolação para a vida. O terceiro, de matérias mais graves e de peso, como são de governo da República e de matérias Divinas, de advertências a Príncipes e senhoras e outras

semelhantes. O primeiro gênero se divide em cartas *domésticas, civis e mercantis*. O segundo em cartas de *novas, de recomendação, de agradecimento, de queixumes, de desculpa e de graça*. O terceiro, que é mais grave e levantado, contém cartas Reais em matérias de Estado, cartas públicas, invectivas, consoláveis, laudativas, persuasórias.

Nas duas cartas portuguesas, o propósito dos autores foi de instituir um modo de educar, pois, afinal, eles queriam persuadir os seus destinatários fossem eles reais ou ficcionais. Tomando a relevância da carta como laço social, conforme Roquette assinala em seu opúsculo *Código do Bom-Tom*, “a carta não apenas aproxima, mas fala a respeito de quem a escreve e revela sempre algo sobre quem a recebe, permitindo aquilatar a intensidade do relacionamento entre os missivistas” (BASTOS et al, 2002, p. 6). É na relação central entre signatário, conteúdo e destinatário que se dá a prática epistolar que, favorecida pela distância e pelo uso da primeira pessoa na escrita, o signatário tenta convencer o outro dos seus conselhos, das suas instruções ao destinatário, revelando-lhe as suas idéias e pensamentos. E em decorrência da distância, a linguagem deve ser a mais adequada possível para que o receptor da mensagem possa se apropriar dela.

Através da relação tríade – signatário, conteúdo e destinatário –, a epístola permite verificar as estratégias do signatário(a)/autor(a) e o horizonte de recepção – destinatário(os/as)/leitor(es/as). Nesse gênero textual, o conteúdo possibilitará verificar o destinatário real e implícito. Desse modo, para Gómez (2002, p. 22) “cada carta busca seu interlocutor, reclama a presença da pessoa ausente. Preserva os vínculos na distância e configura um espaço através do qual se expressam e desenvolvem as identidades pessoais, familiares e sociais”. Dito de outro modo, as epístolas consideram, ainda que implicitamente, a presença de um destinatário ou de um leitor, o que pode ser denominada de “interpersonalidade imaginada, quer dizer, a imaginação do tu leitor por parte do eu autor” (GUILLÉN, 1998, p. 196), fazendo das cartas uma escritura de ficção.

Com efeito, o estudo da epistolografia consiste em compreender a mentalidade de uma época sobre a educação e a instrução pública portuguesa, servindo “como uma outra fonte para a História da Educação, requer outros enfoques, releituras e re-interpretações que se inserem na ótica da cultura escrita” (CUNHA, 2008, p. 02), já que “trata-se de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação os torna testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos” (MALATIAN, 2009, p. 203).

<sup>1</sup> 1.º Visconde d'Almeida-Garrett, por decreto de 25 de Junho de 1851, Par do Reino, do Conselho de Sua Magestade; Ministro d'Estado honorario; Vogal do Conselho Ultramarino; Ministro Plenipotenciario em disponibilidade, Juiz do Tribunal Superior do Commercio; Commendador da Ordem de Christo, e Cavalleiro da da Torre e Espada em Portugal; Balio honorario e Grão-Cruz da Ordem de S. João de Jerusalem; Grão-Cruz das da Rosa do Brasil; da Estrella polar da Suecia; de Leopoldo da Belgica; Grande Official da Legião de Honra de França; condecorado com o Nichani Ifthihar da Turquia de 1.ª classe; Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; Deputado ás Côrtes constituintes de 1837, e as subsequentes; Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto Historico-Geographico do Brasil, e de outras Associações scientificas e litterarias, nacionaes e estrangeiras, etc. - N. na cidade do Porto a 4 de Fevereiro de 1799, sendo filho de Antonio Bernardo da Silva Garrett, Fidalgo da C. R., e Guarda-mór da Alfandega da mesma cidade, natural dos Açores, e descendente de uma familia irlandeza, que emigrando por motivos de religião para Hespanha viera para Portugal no sequito da rainha D. Marianna, mulher d'el-rei D. José; e de D. Anna Augusta de Almeida Leitão, que era por seu pae oriunda do Brasil. - M. em Lisboa, na rua de Sancta Isabel n.º 56, a 10 de Dezembro de 1854. Jaz no cemiterio dos Prazeres.

<sup>2</sup> Para este trabalho, utilizo a 2ª edição de 1867, publicada no Porto pela editora Casa da Viuva Moré.

<sup>3</sup> Estabelecimento que se dedica ao ensino, à educação. Entendido como (ação e resultado de instituir). Aulete.

<sup>4</sup> Em o *Emílio, ou da Educação*, Rousseau escreveu cinco livros sobre o tratado da educação: Livro I: A idade de natureza – o bebê; Livro II: A idade de natureza – de 2 a 12anos; Livro III: A idade de força – 12 a 15 anos; Livro IV: a idade de razão e das paixões – de 15 a 20 anos; Livro V: A idade de sabedoria e do casamento – de 20 a 25 anos.

<sup>5</sup> A edição utilizada para esse trabalho é datada de 1820, a qual foi publicada em Londres, na officina de T.C Hansard, Peterboro' – Court, Fleet-Street.

<sup>6</sup> “Nasceu D. Francisco Manuel em Lisboa aos 23 de Novembro de 1611: seu Pai foi D. Luiz de Mello; sua Mai D. Maria de Toledo; ambos do mais illustre sangue de Hespanha, e Portugal” (p. XVIII). Cf. Epítome da vida de D. Francisco Manuel de Mello em *Cartas de Guia de Casados*, de 1820.

<sup>7</sup> José Inácio Roquette natural Alcabideche, Portugal. Ingressou na vida eclesiástica em 1821. Viveu em Londres e em Paris. Em Paris, obteve bom acolhimento, não só do embaixador, que então era o Ex.mo Visconde da Carreira, mas do Arcebispo de Paris, que para logo lhe forneceu alguns meios de subsistência, colocando-o em uma freguesia do bairro de S. Germano; bem que pouco serviço pudesse aí prestar, em razão de faltar-lhe o uso e a pratica da língua francesa, para que houve mister tempo, até chegar a pregar correntemente e com desembaraço. Deu-se então á tradução e composição de varias obras, com o fim de tornar-se prestável aos seus compatriotas, e também de recolher para si maiores recursos do que podiam provir-lhe dos escassos proventos do ministério eclesiástico. Tornou-se cavaleiro da Ordem Imperial da Rosa, conferida por S. M. o Imperador do Brasil em 3 de Setembro de 1847. As obras por ele compostas, traduzidas ou coordenadas, versam sobre assuntos místicos, e de erudição e literatura sagrada, eclesiástica e profana (DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO PORTUGUÊS DE INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA, s/d).

## Referências

BASTOS, Maria Helena Câmara et al (org.). **Destinos das letras. História, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

CASTIGLIONE, Baldassare. **O Cortesão**. Trad. Carlos Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CHARTIER, Roger (Dir.). **La correspondance**. Les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris: Fayard, 1991.

---

DAUPHIN, Cécile e POUBLAN, Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de viver. Cartas familiares no século XIX. In BASTOS, Maria Helena Câmara et al (org.). **Destinos das letras. História, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO PORTUGUÊS. **Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil**. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves, Lisboa: Imprensa Nacional, 23 vol., 1858-1923.

GARRETT Almeida. **Da Educação: Cartas dirigidas a uma senhora encarregadas da instituição de uma jovem princesa**. Porto: Casa da Viuva More, 1867.

GOMÉZ, Antonio Castillo. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara et al (org.). **Destinos das letras. História, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

GUILLÉN, Claudio. La escritura feliz: literature y episolaridad. In: GUILLÉN, Claudio. **Multiples moradas**. Ensayo de literature comparada. Barcelona: Tusquets, 1998.

LAUNAY, Michel. Introdução. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LOBO, Francisco Rodrigues. **Corte na aldeia**. Lisboa: Editora Europa-América, 1997.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B. e LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MELLO, Francisco Manuel de. **Cartas de Guia de Casados**. Londres: Officina de T.C Hansard, Peterboro' – Court, Fleet-Street, 1820.

MONTAIGNE, Michel de. Da educação das crianças. In: **Os pensadores**. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre Cícero. In: **Os pensadores**. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (org.). **História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. V.3.

ROQUETTE, J. I. **Código o Bom-Tom, ou, Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). Introdução. In: ROQUETTE, J. I. **Código o Bom-Tom, ou, Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.